

Recuperação do sentido da tribuna parlamentar

MAURO CHAVES

Por uma feliz, mas não mais do que simples coincidência, coube ao cidadão que maior número de votos recebeu na história política do País — quase oito milhões — a recuperação histórica da tribuna parlamentar brasileira, ao reimplantar no Parlamento o poder da palavra, o poder da persuasão de um Plenário, o que apesar de ter estado na origem e de ter sido aspecto essencial da instituição legislativa, de há muito fora substituído pelos conciliábulos de gabinete, pelas costuras e arregios prévios, pela votação com cartas marcadas.

Na verdade, com um discurso de menos de 20 minutos Mário Covas fez mais do que derrubar a hegemonia opaca, esdrúxula e confusa do procônsul polipresidencial; fez mais do que desbaratar as intenções planálticas de estabelecer um núcleo de influência encilhadora dentro da Constituinte, reproduzindo uma descabida "hierarquia" entre Poderes de Estado — em favor do todo-poderoso Executivo, é claro —, o que foi marca de mais de duas décadas de tutela; fez mais do que tirar o maior partido brasileiro do desorientamento, da falta de perspectivas — e acima de tudo de planos e projetos. Perpetrou ele a façanha de quebrar o vício das decisões parlamentares exclusivamente via conchavos, restabelecendo o saudável costume da persuasão via tribuna — e o Plenário também não se destina, precisamente, ao trabalho consequente dos tribunais e às deliberações em função de argumentos expostos coram publico?

Fenômeno paralelo ou diretamente associado aos longos anos de recessão de lideranças que temos sofrido — pelo menos vinte e tantos anos — tem sido a grande escassez, para não dizer total inexistência, em nosso Legislativo, de grandes tribunos. Afora o primado absoluto da conchavação parlamentar, em que

tudo é decidido por barganhas, afóra a distorção profunda do empenho persuasivo parlamentar, que tem tido como símbolo mais odioso o famigerado "voto de liderança" — que dispensa por completo a exposição de convicções dos representantes do povo —, talvez a generalizada queda do padrão intelectual de nossa classe política tenha impedido o surgir de grandes tribunos parlamentares no Brasil. Longe está o tempo em que, pelo poder da palavra, pela capacidade de argumentação e convencimento de seus pares, parlamentares conduziam o plenário do Legislativo, travavam caminhos, mudavam atitudes, inovavam, assim como conseguiam dar um sentido de grandeza à Instituição. Octávio Mangabeira, Tarciso Vieira de Melo, San Thiago Dantas, Auro de Moura Andrade, Emílio Carlos, Carlos Lacerda — e, após 64, Paulo Brossard — foram tribunos parlamentares cujos pronunciamentos eram aguardados com a maior das expectativas, por seus colegas e pela Nação — mesmo que se não concordasse com muitas de suas posições políticas, é claro — porque tinham condições de expressar da melhor forma, em um determinado momento, convicções comuns diluídas; tinham condições de articular aspirações soltas, aglutinadas em um propósito — ou em uma proposta — comum. Por isso eram grandes tribunos e regra geral significavam espontâneas lideranças.

É evidente que mesmo a melhor performance na tribuna nunca dispensou, para as eleições e deliberações de plenário (ou de bancadas partidárias) nas Casas Legislativas, o trabalho de negociação, os acertos e acordos. Estes também são parte da função parlamentar normal. Só que, quando tudo se resume exclusivamente a isto — barganhas, arregios prévios, para não dizer cambalachos sistemáticos —, o Legislativo fica pequeno, e às vezes tão amesquinhado ao ponto de parecer um sim-

ples balcão de negócios, uma casa de leilões ou uma feira livre. Para a eleição de Mário Covas à liderança peemedebista na Constituinte não faltaram negociações e empenhos de amigos, como o do senador paraense José Richa. Mas com certeza esse esforço não teria conseguido sobrepesar a vontade monolítica do procônsul polipresidencial se, com grande força de persuasão verbal, o senador paulista não tivesse atingido em cheio aspirações ainda não bem expressas, ainda inibidas, veladas, da maioria de seus correligionários constituintes.

Covas surpreendeu, acima de tudo, porque o que temos assistido nos últimos tempos — e para o comprovar bastaria uma rápida oitiva na "Voz do Brasil" — são microtribunos parlamentares a desfilar (geralmente para as cadeiras quase vazias do plenário) seus discursinhos descolados, superficialmente retóricos, arrogantemente empolados, umas vezes, e tristemente analfabéticos, outras. Discursinhos em que sempre preponderam as generalidades óbvias ou as especificidades provinciano-regionais sem nenhum interesse geral. O que temos assistido, no fundo, é ao desprestígio cada vez maior da tribuna parlamentar, pela primariedade e pela inconsequência de seu uso — que vai da vacuidade ignara à demagogia bombástica.

Não é pois sem razão que aquele curto discurso de Mário Covas teve uma importância especial, transformadora dos atuais hábitos parlamentares brasileiros, valendo mais por isso do que por ter feito o senador paulista conquistar a liderança de seu partido na Constituinte, assegurado seu lançamento ao governo do Estado e talvez até à Presidência da República: Covas recuperou o poder da palavra e da persuasão da tribuna parlamentar, fazendo o Plenário Legislativo voltar às suas melhores origens — à época em que preservava uma certa aura de grandeza.